



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Ata da 12.^a Audiência Pública da Frente Parlamentar sobre o Pedágio, realizada no Município de Ponta Grossa, em 15/4/2021.

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às doze nove horas iniciou-se a 12.^a Audiência Pública da Frente Parlamentar sobre o Pedágio no Paraná, desta vez realizada inteiramente de modo remoto, pelo aplicativo *zoom* e transmissão pelo *site* da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), através de seus canais nas plataformas do *Facebook* e *Youtube*. Deputados presentes: Arilson Chiorato, Luiz Cláudio Romanelli, Deputado Plauto Miró, Mabel Canto, Requião Filho, Alexandre Amaro, Evandro Araújo, Tercílio Turini, Soldado Fruet, Nelson Luersen, Galo, Subtenente Everton, Luiz Fernando Guerra, Professor Lemos, Tadeu Veneri, Emerson Bacil. A jornalista Paola Manfroi da TV Assembleia fez a abertura da audiência, inaugurou os trabalhos, e apresentou o processo de audiências públicas que está sendo realizado pela ALEP. Ato contínuo, foi transmitido o vídeo de homenagem falecidos esta semana, que eram ativos na discussão do tema do pedágio, Deputado Estadual Delegado Recalcatti e Deputado Federal José Carlos Schiavinato. O Deputado Arilson Chiorato cumprimenta a Prefeita Elisabete e a Deputada Mabel Canto cumprimenta todas as presentes, e o Deputado Plauto Miró e do Prefeito de Castro, cumprimenta todos os presentes. Expressa sentimentos à família dos Deputados falecidos. Inicia o tema, lembrando o histórico, e a demanda da Frente é analisar, registrar e encaminhar aos órgãos públicos as reivindicações de todas as categorias, e ser uma frente de conciliação pela vida no sistema rodoviário do Paraná. A concessão prevista aumenta de 2.400 para 3.300 km aproximadamente, o tempo de 24 para 30 anos, prevê um degrau tarifário e em relação ao preço comunga lances limitados a 17% de desconto e pagamento de outorga. A Frente é suprapartidária e defende mais obras em menos tempo e menor tarifa. Esclarece como serão organizados os trabalhos, com faladas intercaladas entre autoridades locais e representantes da sociedade civil. Passada a palavra ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que ressalta a importância da participação das mulheres nesta discussão. O modelo atual é de 2500 de rodovias, 1800 federais e 700 estaduais. Esse modelo apresentado pelo Ministério não é novo, é a antiga conhecida concessão onerosa, já utilizada pelo Governador Jaime Lerner para o "anel de integração" do Paraná, iniciado em 1997, fixação de programa de obras e tarifa pré-fixada (era 40% mais cara do que deveria desde o início do contrato). Em período eleitoral, o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Governador baixou a tarifa com intuito eleitoral. 1998 desequilíbrio contratual, com questionamentos judiciais. Em 2000 os termos aditivos com concessionárias excluem obrigação de obras. Em 2012, TCU e TCE concluem existência de desequilíbrio financeiro em favor dos usuários. 2018 Operação Lava Jato e termo de leniência. 2020 a Agepar reconhece a existência de sobrepreço e aumentos desnecessários. As tarifas máximas previstas para o leilão terão o desconto máximo de dezessete por cento, e criaram a taxa de outorga (dinheiro pago ao governo federal), após os questionamentos esse valor seria depositado numa conta centralizada no caixa das concessões de cada lote. São cerca de 548km de rodovias pedagiadas no Lote 01, referente a esta região, BR 153, 369, 277 e PR 090, 170, 323, 445. Está incluída uma praça nova de sengés, no lote 02. As obras previstas se iniciam apenas a partir do ano 03 ao ano 08. Estão incluindo novamente o contorno de ponta grossa, que já está prevista no contrato vigente da atual concessão. Não foi duplicado, e o Ministério Público Federal avalizou a CCR. Queremos uma licitação pelo menor preço de tarifa, sem limite de desconto, obras no início do contrato (começou concessão começou a obra), e uma garantia para a execução da obras, como um depósito de caução, que a concessionária deverá depositar para garantir que as obras serão realizadas. A caução deve ser um valor fixo. Qualquer concessão só é realizada um ganho maior de eficiência, porém o Governo Federal está prevendo quase que a criação de uma estatal, comparativamente, engessando valores, e demais questões. Temos exemplos positivos de licitação pelo menor preço. A Assembleia Legislativa firmou um novo Manifesto uníssono entre todos os Deputados, assinado por todos protocolado na ANTT, com propostas como depósito de caução, contra novas praças, menor tarifa dentre outros. O Ministro recebeu um Carta da sede da FIEP, que na síntese tem a mesma ideia do Manifesto da Assembleia. O Deputado Romanelli afirma que o Governador Ratinho também foi surpreendido por esta modelagem, e cabe a ele ratificar com o Ministro que a posição do Paraná. Concluída a apresentação, Paola Manfroi agradece os deputados, autoridades, representantes da sociedade civil e cidadãos presentes na Audiência. É passada a palavra ao Senador Flávio Arns, que ressalta importância do debate do pedágio, ressalta o protagonismo da Assembleia Legislativa, do Manifesto que foi assinado pelos Deputados Estaduais para ANTT, pois amarrará as pessoas por trinta anos. Deputada Mabel Canto, agradece presença das Prefeitas de Ponta Grossa e Jaguariaíva. As atuais obras já deviam ter



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

sido feitas, como a passarela de Carambeí, que ainda nem começou. Deputado Plauto Miró, ressalta a ausência do Dep. Federal e Secretário Infraestrutura Sandro Alex, que em reunião com associação comercial defendeu o modelo do Governo Federal, com outorga. Defende a forma proposta pela Assembleia Legislativa, da menor tarifa e que é importante o governo do estado do paraná que é dono de quase 40% das rodovias e do governo federal que é de 60%. E se não houver alteração, que o governo do estado licite suas próprias rodovias. Que o Governo do Estado se manifeste por escrito num documento. Paolo Manfroi lê diversas manifestações e perguntas. Prefeita de Carambeí Elisângela Pedroso, que apoia o posicionamento técnico e político da Assembleia Legislativa. Presidente ACIPG Douglas Fanchin Taques Fonseca, propõe o menor preço possível, para que sejam contratadas as novas obras posteriormente. São empresas de grande capital que não cumprem os contratos. Que se abra obras para as empresas menores, que cumprem seus contratos. Que serão instalados outdoor na cidade para parabenizar o trabalho da frente parlamentar e por tarifa zero ou menor preço. Prof. Nelson Canabarro, da UTFPR/PG e rep. da ACIPG. Sr. Gustavo Ribas Netto, Presidente do Sindicato Rural de Ponta Grossa, fez propostas, listadas as final. Deputado Subtenente Everton, propõe ao Sec. Sandro Alex, que ressalto que embora convidado não participou das audiências públicas, que o DER assumira todas as rodovias estaduais, e instale pedagiômetros. Deputado Tercílio Turini, mesmo com acordo de leniência, obras como o contorno de Ponta Grossa continuam sem realização, e diversas duplicações desta região ou trecho também. Deputado Nelson Luersen, faz propostas (listadas abaixo). Deputado Luiz Fernando Guerra, é favorável ao menor preço, é contrário à participação de empresas inidôneas participarem da licitação, roubando o Paraná, foi aprovada lei que impede aprovação de reajustes de tarifas sem que as obras sejam cumpridas à risca nos cronogramas. Edson Luiz Moro Conche, Sindiponta, setor de transportes, pela menor tarifa. Coronel Malucelli, Presidente da Fetranspar, tarifa justa, obras, não ao degrau tarifário e não à outorga. Acredita que o Governo Federal irá mudar sua proposta. Vereadora de Ponta Grossa Joce Canto. Sec. Formação e Est. Socioeconômicos do SINTCOM/PR, Alexandre Soares Menezes. Deputado Federal Aliel Machado. Deputado Requião Filho, deve ser visto o passivo das atuais concessões para que não seja cobrado novamente o que já foi pago. O pedágio não tem dois lados, ou é a favor ou contra. Deputado Soldado Fruet, convida o secretário Sandro Alex a participar das



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

audiências públicas. Deputado Professor Lemos, é a momento do Paraná gerir as concessões, e brigar para não devolver as rodovias federais e assim estabelecer uma gestão responsável das rodovias. Quinzinho Sansana, representante dos Moradores da Av. Souza Naves, Ponta Grossa, falta de segurança, obras na av. Ponta Grossa. Luiz Eduardo Araújo, Conselho Nacional do Laicato Regional Sul 2, diz que devemos ter objetividade maior a partir de agora, para que seja cobrado pedágio por quilômetro percorrido, como já está autorizado em Lei Federal. Ex-Deputado Péricles Hollebem de Mello, ressalta a importância da discussão do contorno norte de Ponta Grossa, obra orçada em 1 bilhão de reais. Prefeito de Palmeira, Sérgio Belich, pagar pelo quilômetro rodado é o mais justo, trecho palmeira a Curitiba são pagos dois pedágios, o que pune a população de Palmeira, inclusive agricultores. Vereadora de Ponta Grossa. Deputado Tadeu Veneri, ressalta o drama dos pequenos produtores da região metropolitana. Temos uma alternativa, colocar em votação o projeto de lei na assembleia legislativa, e fazer gestão junto ao Governo do Estado e G7, mas com aprovação do projeto que impede delegação de rodovias sem a garantia do menor preço. Deputado Emerson Bacil. Deputado Tercílio Turini responde às perguntas, PR151 (Piraí à Jaguariaíva) estava prevista nos atuais contratos, duplicação de Ponta Grossa à Apucarana ficará 60 quilômetros sem duplicação. Deputada Mabel, sobre a participação das atuais concessionárias novas concessões, a restrição feita pelo governo do estado foi suspensa pelo próprio Governo, dias antes do leilão dos aeroportos, que a CCR saiu vencedora em lote. Transmitido novo vídeo de homenagem aos Deputados Delegado Recalcatti, e Deputado Federal José Carlos Schiavinato, *in memoriam*. Principais propostas que: 1. Que as obras tenham início breve, nos primeiros anos. 2. Que as obras se iniciem no litoral do Estado. Audiência Pública sobre transporte cicloviário. 3. Eventuais obras pagas a partir da sua realização. 4. Não à outorga. 5. Transparência na gestão dos contratos. 6. Que o DER assumira todas as rodovias estaduais, e instale pedágios. 7. Contra a outorga. 8. Contra o gatilho de até 40% como prêmio para as concessionárias após as obras. 9. Contra qualquer nova praça de pedágio. 10. Que seja cobrado pedágio por quilômetro percorrido, como já está autorizado em Lei Federal. 11. Que seja realizada Audiência Pública sobre o Contorno Norte de Ponta Grossa. 12. Isenção de cobrança de tarifa para os usuários dos municípios sede de praças de pedágio. Extinção do pedágio de São Luis do Purunã, pra facilitar para os municípios de Palmeira, São Luiz Purunã e Balsa Nova. Em todos os municípios é



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

necessária a outorga da anuência por parte do Poder Público local para fins de instalação ou implantação de qualquer empreendimento. Conforme as discussões promovidas pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná estão demonstrando, não é interesse do Estado do Paraná e da sociedade como um todo, a continuidade do atual modelo, tão pouco, do modelo apresentado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT). Temos nos limites do Município de Porto Amazonas uma praça de pedágio que impede o fluxo dos munícipes ao perímetro urbano de Palmeira, limitando o contato histórico entre ambas cidades, seja em virtude das necessidades locais limitadas, buscadas em geral nas proximidades, ou mesmo, do fluxo de trabalhadores que ocupam seus postos em um município e trabalham no outro (Palmeira - Porto Amazonas). Considerando que o Estado do Paraná, nos termos e competências legais, não emitiu qualquer autorização legal para renovação dos atuais contratos, e tão pouco apresentou intenção em aderir ao modelo proposto pelo DNIT, deve ser considerado que os municípios também não apresentaram manifestação favorável ao modelo proposto ou à prorrogação do atual formato. Desta forma, e tendo em vista a competência absoluta do município em relação à gestão do seu território, é necessário unir esforços dos entes locais para que nenhum deles confira a anuência municipal para que o DNIT promova concessões no formato proposto, já que este não interessa à sociedade local, e tão pouco, pelo que se percebe, aos cidadãos do Estado do Paraná. Entendemos que é necessária a união de todos os entes locais que compõe o Estado do Paraná para que neguem, de forma expressa e clara, qualquer anuência para instalação de praças de pedágio em seu território, caso não seja acolhida a opinião bastante clara da sociedade paranaense em relação à não continuidade dos contratos de pedágio, e tão pouco, o acolhimento do modelo atualmente proposto pelo DNIT (Contribuição do Município de Porto Amazonas. Elias Jocid Gomes da Costa - Prefeito Municipal. Luiz Carlos Chimiloski - Presidente da Câmara Municipal).

12. Ortigueira necessita que nesta nova concessão seja disponibilizada uma passagem para os carros emplacados no município, a exemplo do Município de Floresta, que seja registrada esta sugestão. Pois, nós temos moradores de Ortigueira que residem após o pedágio e precisam vir a cidade todos o meses para sua compra mensal, não há justiça em pagar pedágio nestas circunstâncias.

13. Audiência Pública sobre passagem de animais nas rodovias. Duplicações das rodovias estaduais para Morretes e Antonina. Duplicação integral das



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Rodovias Estaduais. Melhorias à Rodovia PR405 para Guaraqueçaba. Garantia o acesso à Antonina. Que a concessão da rodovia fosse ampliada chegando até o portão do nosso Terminal Portuário, o que acrescentaria uns 6 ou 7km. A manutenção da pavimentação deste trecho com alto tráfego de caminhões, ficaria por conta da operadora, desonerando consideravelmente o nosso Município. Que o valor do pedágio tivesse uma substancial redução, porque os valores atualmente praticados oneram por demais o nosso setor produto e, além disso, encarecem a visita de turistas aos nosso litoral que acabam optando por outro destino cujo traslado seja mais barato, *email* para contribuições: fppedagio@assembleia.pr.gov.br Nada mais havendo a tratar, o Deputado Arilson Chiorato agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a Audiência Pública. Assim se lavrou a Ata, que segue assinada pelo Coordenador da Frente Parlamentar sobre o Pedágio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Arilson Chiorato.

Deputado Estadual ArilsonChiorato